



TOMADA DE POSIÇÃO

Os professores têm lutado muito por justiça e respeito e não abandonarão essa luta. Daí que, num quadro de valorização da Educação e da Escola Pública, assumam a luta:

- Pela recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que cumpriram nos períodos de congelamento das carreiras
- Pelo reposicionamento na carreira, que tarda em ser concretizado;
- Por horários de trabalho adequados à natureza da atividade docente;
- Por medidas, designadamente ao nível da aposentação, que permitam corrigir o curso de envelhecimento da profissão;
- Por um combate efetivo e eficaz à precariedade dos profissionais.

O governo, apesar dos compromissos que assumiu com os professores, através das suas organizações sindicais, e, na Assembleia da República, com diversos grupos parlamentares, recusa cumprir o que, por palavra e por Lei, está obrigado.

A última reunião, dita negocial, que se realizou em 7 de setembro, confirmou que a intenção do governo é não resolver qualquer um dos problemas que afetam os professores, para o que, na prática, desvaloriza a negociação; ao mesmo tempo, desconsidera a própria vida e necessidades de organização das escolas.

No caso das escolas, confirmou-o com a publicação tardia de quadros legais estruturantes, atirando para cima dos professores a sua concretização, ainda que faltem os esclarecimentos, recursos e outras condições; em relação à negociação, destaca-se a sua posição injusta, inflexível e ilegal, de não recuperar todo o tempo de serviço, como está obrigado, a que acresce a intenção de, após apagar 6,5 anos de trabalho realizado, furtar-se a qualquer responsabilidade na recuperação do pouco que, unilateralmente, admite contar. Também a forma como escondeu na negociação que já havia uma decisão do governo, divulgada, minutos depois, à comunicação social, demonstra desrespeito, falta de ética e hipocrisia.

Os professores e educadores do/a Agrupamento de Escolas/Escola

em

manifestam o seu mais profundo desacordo com as posições que estão a ser assumidas pelo Ministério da Educação, pelo Ministério das Finanças e pelo Governo e exigem que estes respondam positivamente às justas reivindicações dos docentes, no sentido de verem respeitada a sua carreira e melhoradas as suas condições de trabalho.

Os professores e educadores apelam à Assembleia da República no sentido de ser cumprida uma lei por si aprovada – a Lei do Orçamento do Estado para 2018 – o que implica a consagração de verba para o primeiro momento do faseamento no OE de 2019, a par do compromisso de prosseguimento da recuperação do modo e dentro de um prazo cuja negociação não teve lugar, apesar da obrigação legal.

Os professores e educadores manifestam a sua disponibilidade para continuar a lutar por respeito e justiça, participando ativa e empenhadamente nas lutas que forem desenvolvidas, com particular incidência, desde já, na semana que termina em 5 de outubro, Dia Mundial do Professor.

Os professores e educadores portugueses não desistirão de lutar pelo que é justo, legal e necessário!

de setembro de 2018 | Aprovado por: Unanimidade Maioria